

MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E AGROECOLOGIA 3

**Tayronne de Almeida Rodrigues
João Leandro Neto
Dennyura Oliveira Galvão
(Organizadores)**

Atena
Editora

Ano 2019

Tayronne de Almeida Rodrigues
João Leandro Neto
Dennyura Oliveira Galvão
(Organizadores)

Meio Ambiente, Sustentabilidade e
Agroecologia
3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M514 Meio ambiente, sustentabilidade e agroecologia 3 [recurso eletrônico]
/ Organizadores Tayronne de Almeida Rodrigues, João Leandro Neto, Dennyura Oliveira Galvão. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-329-3

DOI 10.22533/at.ed.293191604

1. Agroecologia – Pesquisa – Brasil. 2. Meio ambiente – Pesquisa – Brasil. 3. Sustentabilidade. I. Rodrigues, Tayronne de Almeida. II. Leandro Neto, João. III. Galvão, Dennyura Oliveira. IV. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

APRESENTAÇÃO

A obra Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia vem tratar de um conjunto de atitudes, de ideias que são viáveis para a sociedade, em busca da preservação dos recursos naturais.

Em sua origem a espécie humana era nômade, e vivia integrada a natureza, sobreviviam da caça e da colheita. Ao perceber o esgotamento de recursos na região onde habitavam, migravam para outra área, permitindo que houvesse uma reposição natural do que foi destruído. Com a chegada da agricultura o ser humano desenvolveu métodos de irrigação, além da domesticação de animais e também descobriu que a natureza oferecia elementos extraídos e trabalhados que podiam ser transformados em diversos utensílios. As pequenas tribos cresceram, formando cidades, reinos e até mesmo impérios e a intervenção do homem embora pareça benéfica, passou a alterar cada vez mais negativamente o meio ambiente.

No século com XIX as máquinas a vapor movidas a carvão mineral, a Revolução Industrial mudaria para sempre a sociedade humana. A produção em grande volume dos itens de consumo começou a gerar demandas e com isso a extração de recursos naturais foi intensificada. Até a agricultura que antes era destinada a subsistência passou a ter larga escala, com cultivos para a venda em diversos mercados do mundo. Atualmente esse modelo de consumo, produção, extração desenfreada ameaça não apenas a natureza, mas sua própria existência. Percebe-se o esgotamento de recursos essenciais para as diversas atividades humanas e a extinção de animais que antes eram abundantes no planeta. Por estes motivos é necessário que o ser humano adote uma postura mais sustentável.

A ONU desenvolveu o conceito de sustentabilidade como desenvolvimento que responde as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer seus próprios anseios. A sustentabilidade possui quatro vertentes principais: ambiental, econômica, social e cultural, que trata do uso consciente dos recursos naturais, bem como planejamento para sua reposição, bem como no reaproveitamento de matérias primas, no desenvolvimento de métodos mais baratos, na integração de todos os indivíduos na sociedade, proporcionando as condições necessárias para que exerçam sua cidadania e a integração do desenvolvimento tecnológico social, perpetuando dessa maneira as heranças culturais de cada povo. Para que isso ocorra as entidades e governos precisam estar juntos, seja utilizando transportes alternativos, reciclando, incentivando a permacultura, o consumo de alimentos orgânicos ou fomentando o uso de energias renováveis.

No âmbito da Agroecologia apresentam-se conceitos e metodologias para estudar os agroecossistemas, cujo objetivo é permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maior sustentabilidade, como bem tratam os autores desta obra. A agroecologia está preocupada com o equilíbrio da natureza e a produção de alimentos sustentáveis, como também é um organismo vivo com sistemas integrados

entre si: solo, árvores, plantas cultivadas e animais.

Ao publicar esta obra a Atena Editora, mostra seu ato de responsabilidade com o planeta quando incentiva estudos nessa área, com a finalidade das sociedades sustentáveis adotarem a preocupação com o futuro.

Tenham uma excelente leitura!

Tayronne de Almeida Rodrigues

João Leandro Neto

Dennyura Oliveira Galvão

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CÍRCULO DA SUSTENTABILIDADE: UM MÉTODO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA AVALIAR A SUSTENTABILIDADE DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA AMAZÔNIA NORTE MATO-GROSSENSE	
<i>Wagner Gervazio</i> <i>Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2931916041	
CAPÍTULO 2	11
CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: A REALIDADE PARANAENSE	
<i>Priscila Terezinha Aparecida Machado</i> <i>Luís Miguel Luzio dos Santos</i> <i>Jéssica Pereira de Mello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2931916042	
CAPÍTULO 3	30
CICLO DE VIDA DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS UTILIZADOS PELO PÚBLICO DO ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE DOURADOS- MS	
<i>Jane Corrêa Alves Mendonça</i> <i>Letícia Rumão Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2931916043	
CAPÍTULO 4	40
ENSINO DA MATEMÁTICA E DA PESQUISA-AÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Andrieli Taís Hahn Rodrigues</i> <i>Rúbia Emmel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2931916044	
CAPÍTULO 5	50
FEIRA AGROECOLÓGICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	
<i>Keile Aparecida Beraldo</i> <i>Rose Mary Gondim Mendonça</i> <i>Juliana Aguiar de Melo</i> <i>Sonia Cristina Dantas de Brito</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2931916045	
CAPÍTULO 6	56
FEIRA ECOLÓGICA DA UPF – CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DE APRENDIZADOS EM AGROECOLOGIA NA UNIVERSIDADE	
<i>Claudia Petry</i> <i>Elisabeth Maria Foschiera</i> <i>Rodrigo Marciano Luz</i> <i>Lísia Rodigheri Godinho</i> <i>Isabel Cristina Lourenço da Silva</i> <i>Claudia Braga Dutra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2931916046	

CAPÍTULO 7	65
ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO: UMA TEIA DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL	
<i>Matheus Martins Mendes</i>	
<i>André Victor Sales Passos</i>	
<i>Carol Rebouças da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2931916047	
CAPÍTULO 8	71
JORNADAS AGROECOLÓGICAS DO BAIXO MUNIM COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA TROCA E VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTO ENTRE AGRICULTORES E ESTUDANTES DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA	
<i>Vivian do Carmo Loch</i>	
<i>Georgiana Eurides de Carvalho Marques</i>	
<i>Ana Célia França Sousa</i>	
<i>José Felipi Sousa Lima</i>	
<i>Marciel Nascimento Justino</i>	
<i>Lucas Abreu</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2931916048	
CAPÍTULO 9	76
INSTITUCIONALIZAÇÃO E FRAGILIZAÇÃO DAS DINÂMICAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	
<i>Juliano Luís Palm</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2931916049	
CAPÍTULO 10	92
INTERAÇÕES ECOLÓGICAS E AÇÃO ANTRÓPICA NO CONTEXTO INSULAR AMAZÔNICO – DA HARMONIA À DISSONÂNCIA AMBIENTAL NA ILHA DO COMBÚ, BELÉM – PARÁ	
<i>Denival de Lira Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160410	
CAPÍTULO 11	103
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS NA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS COM AGRICULTORES FAMILIARES DO CAROEBE, RR	
<i>Teresinha Costa Silveira de Albuquerque</i>	
<i>Alcides Galvão dos Santos</i>	
<i>Carlos Eugenio Vitoriano Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160411	
CAPÍTULO 12	109
TRILHA DO MEL_ IDEALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM ROTEIRO INTERPRETATIVO NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA, RJ	
<i>Ingrid Almeida de Barros Pena</i>	
<i>Christiane dos Santos Rio Branco</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160412	

CAPÍTULO 13	119
RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM E A DIMENSÃO CULTURAL NA AGROECOLOGIA	
<i>Luana Patrícia Costa Silva</i>	
<i>Luana Fernandes Melo</i>	
<i>Alexandre Eduardo de Araújo</i>	
<i>Severino Bezerra da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160413	
CAPÍTULO 14	125
SABERES TRADICIONAIS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO PAMPA: APRENDENDO COM A COMUNIDADE IBICUÍ DA ARMADA	
<i>Cassiane da Costa</i>	
<i>Altacir Bunde</i>	
<i>Cláudio Becker</i>	
<i>Márcio Zamboni Neske</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160414	
CAPÍTULO 15	132
RELAÇÃO ENTRE CAPITAL NATURAL E SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS: REVISÃO SISTEMATIZADA	
<i>Amanda Silveira Carbone</i>	
<i>Marcelo Limont</i>	
<i>Valdir Fernandes</i>	
<i>Arlindo Philippi Jr</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160415	
CAPÍTULO 16	142
REFLEXÕES E PERSPECTIVAS DOS JOVENS RURAIS DO PROJETO AGROECOLÓGICO E CIDADÃO DA JUVENTUDE DOS ASSENTAMENTOS NA AMAZÔNIA	
<i>Eliane Silva Leite</i>	
<i>Ana Paula da Silva Bertão</i>	
<i>Clodoaldo de Oliveira Freitas</i>	
<i>Ailton Nunes Santos</i>	
<i>Fábio Assis de Menezes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160416	
CAPÍTULO 17	148
SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA NA GESTÃO DE RESÍDUOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	
<i>Ana Solange Biesek</i>	
<i>Lorivan Webber</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160417	
CAPÍTULO 18	159
PRODUÇÃO ORGÂNICA: FORMAÇÃO DE UM GRUPO DE ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL	
<i>Lídia Rodrigues Ferreira Jardim</i>	
<i>Luciana Silva</i>	
<i>Adílio Diego de Oliveira França</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160418	

CAPÍTULO 19	165
SUGESTÃO DE PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Vânia Sueli da Costa</i>	
<i>Virgínia Scheidegger da Costa Oliveira</i>	
<i>Glauco da Costa Theodoro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160419	
CAPÍTULO 20	173
UMA ANÁLISE SEQUENCIAL DAS ATIVIDADES DE PROJETO NO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO NO BRASIL, 2007 A 2016	
<i>Edilberto Martins Dias Segundo</i>	
<i>Ana Cândida Ferreira Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160420	
CAPÍTULO 21	185
UMA ANÁLISE SOBRE A INTENÇÃO DE CONSUMO DE PRODUTOS ORGÂNICOS SOB O EFEITO DE MODERAÇÃO GERACIONAL	
<i>Luiz Henrique Lima Faria</i>	
<i>Rafael Buback Teixeira</i>	
<i>Ana Luísa Santos Oliveira</i>	
<i>Guilherme Correia Furlani</i>	
<i>Mateus Neves Merçon</i>	
<i>Miguel Carvalho Cezar</i>	
<i>Wilson Carlos dos Santos Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160421	
CAPÍTULO 22	200
PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS (PANC): UM DIAGNÓSTICO REALIZADO POR JOVENS RURAIS	
<i>Erasto Viana Silva Gama</i>	
<i>Carla Teresa dos Santos Marques</i>	
<i>Karolina Batista Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160422	
CAPÍTULO 23	206
PLANTAS FITOTERÁPICAS: EFEITO DE DIFERENTES CONCENTRAÇÕES DE AIB NO ENRAIZAMENTO DE <i>Arrabidaea chica</i> (HUMB. & BONPL.) B. VERL. (PARIRI)	
<i>Raphael Lobato Prado Neves</i>	
<i>Osmar Alves Lameira</i>	
<i>Ana Paula Ribeiro Medeiros</i>	
<i>Fábio Miranda Leão</i>	
<i>Mariana Gomes de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160423	
CAPÍTULO 24	211
PRATICANDO SUSTENTABILIDADE – PROJETO COMPOSTEIRA	
<i>Mayara Cristina Santos Marques</i>	
<i>Ana Cláudia Colle</i>	
<i>Victor Cavalcanti Kirsch</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160424	

CAPÍTULO 25	219
PRODUÇÃO DE BARRA DE CEREAIS ADICIONADA COM RESÍDUO AGROINDUSTRIAL DO FRUTO DE QUIPÁ (<i>Tacinga inamoena</i>)	
<i>Ana Paula Costa Câmara</i>	
<i>Robson Rogério Pessoa Coelho</i>	
<i>Túlio de Araújo Nascimento</i>	
<i>Kaliane Débora Aguiar da Silva</i>	
<i>Frederico Campos Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160425	
CAPÍTULO 26	226
INOVAÇÃO EM AGROECOLOGIA: ADOÇÃO E USO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA POR ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS NO DISTRITO FEDERAL	
<i>Tallyrand Moreira Jorcelino</i>	
<i>Jorge Alfredo Cerqueira Streit</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160426	
CAPÍTULO 27	232
O COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DOS VALORES ESPOSADOS DAS ORGANIZAÇÕES CONSTITUINTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL DE 2016	
<i>Ana Lúcia Stockler</i>	
<i>Darcy M. M. Hanashiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160427	
CAPÍTULO 28	248
O QUINTAL AGROFLORESTAL INDÍGENA COMO RECURSO DIDÁTICO NAS AULAS DE AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL	
<i>Elenilson Silva de Oliveira</i>	
<i>Jamison Barbosa de Oliveira</i>	
<i>Gabriel Felipe Duarte dos Santos</i>	
<i>Janderson Rocha Garcez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160428	
CAPÍTULO 29	255
ORGANIZAÇÃO DE FAMÍLIAS CAMPONESAS PARA MULTIPLICAÇÃO DE SEMENTES DE MILHO CRIOULO COMO ESTRATÉGIA DE SOBERANIA ALIMENTAR NO NORDESTE PARAENSE	
<i>Lidenilson Sousa da Silva</i>	
<i>William Santos de Assis</i>	
<i>Valdir da Cruz Rodrigues</i>	
<i>Antonia Borges da Silva</i>	
<i>Heloiza Sousa de Andrade Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160429	
CAPÍTULO 30	263
EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS DE COMPOSTAGEM PROTEGIDA NA REDUÇÃO DE ARTRÓPODES, POTENCIAIS VETORES DE DOENÇAS	
<i>Marcia Seidenfuz Schulz</i>	
<i>Vidica Bianchi</i>	
<i>Daniel Rubens Cenci</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29319160430	
SOBRE OS ORGANIZADORES	271

INSTITUCIONALIZAÇÃO E FRAGILIZAÇÃO DAS DINÂMICAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Juliano Luís Palm

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Correio eletrônico: julianoluispalm@gmail.com

RESUMO: Este trabalho visa analisar as interlocuções entre agentes situados em diferentes lados da suposta “fronteira” Estado e sociedade civil no processo de construção e implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). O estudo parte de uma reconstituição histórica do processo de incorporação de referenciais conceituais e metodológicos da agroecologia nas ações de assessoria a agricultores de base familiar, compreendido como sendo de suma importância para o caráter um tanto “híbrido” entre os atores que participaram da construção e implantação da PNATER. Observa-se que a partir de 2003, com a consolidação e ampliação de espaços institucionalizados de participação social, foi possível incorporar estes referenciais na política nacional de ATER, em um processo continuado de debate público, envolvendo atores estatais e não estatais, entorno desta política. Foram sendo experimentados e reinterpretados, assim, de forma inovadora e criativa, padrões históricos de interação Estado

e sociedade civil, como também rotinas de comunicação e negociação entre estes agentes. Todavia, esta institucionalidade democrática e dinâmicas de participação social têm sido ameaçadas no período mais recente, o que tem motivado a resistência por parte de agentes que participaram deste processo.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas, agroecologia, sociedade civil e Estado

ABSTRACT: This paper aims to analyze the interlocutions between agents located in different sides of the supposed "frontier" State and civil society in the process of construction and implementation of the Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). The study starts from a historical reconstruction of the process of incorporating the conceptual and methodological references of agroecology in the advising to family-based farmers, understood as being of paramount importance for the somewhat "hybrid" character among the different actors who participated in the construction and implantation of PNATER. From 2003, with the consolidation and expansion of institutionalized spaces of social participation, it was possible to incorporate these references in this national policy, in a continuous process of public debate, involving state and non-state actors, surrounding this policy. In this way, historical patterns of state and

civil society interaction were experimented and reinterpreted, as well as communication and negotiation routines among these agents. However, this democratic institutionality and dynamics of social participation have been threatened by the government that was instituted from the process of impeachment of the president-elect Dilma Rousseff, which has motivated the resistance by agents who participated in this process.

KEYWORDS: Public policies, agroecology, civil society and State

INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 consagrou o direito a participação social no Estado brasileiro. Este processo viabilizou a adoção de conselhos enquanto formato institucional para a formulação e gestão de políticas públicas com interlocução entre governo e sociedade civil. A partir de meados da década de 1990 e, especialmente, na década de 2000 observa-se um fortalecimento destas dinâmicas democráticas e a ampliação de espaços de participação social, ao menos em alguns setores do Estado brasileiro. Este processo tem motivado uma ampla produção bibliográfica sobre participação social e interlocução Estado e sociedade civil, em que se observa um exame sistemático das variações entre as experiências participativas, especialmente acerca dos níveis de democracia interna e impacto na tomada de decisões públicas (Faria, 2010; Abers, Serafim, Tatagiba, 2014; Comerford, Almeida e Palmeira, 2014; Abers, Bülow, 2011).

Em diálogo com este campo de discussões, o presente trabalho tem o objetivo de analisar as interlocuções entre agentes situados em diferentes lados da suposta “fronteira” Estado e sociedade civil no processo de construção e implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Desde seu surgimento, em 2003, esta política ensejou um processo continuado de debate público e participação social, envolvendo atores estatais e não estatais, que foi de crucial importância para a incorporação de novas temáticas na política, com destaque para os referenciais conceituais e metodológicos da agroecologia.

O estudo foi realizado com base em uma revisão bibliográfica de trabalhos publicados acerca da temática no interregno 2004-2016, como também em entrevistas realizadas com atores que participaram deste processo e pesquisas em fontes documentais, levantamentos que vêm sendo realizados desde 2014. As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2016 e 2017, com agentes que participaram dos processos de construção, gestão e operacionalização da PNATER. Além disso, o trabalho mobiliza um conjunto de registros etnográficos recolhidos no período de 2016 e 2017 em espaços públicos de participação social relacionados à esta política.

O ensaio está subdividido em cinco seções, além desta breve introdução. Na seção subsequente analisa-se o processo histórico de tradução e emergência, no contexto brasileiro, de perspectivas de extensão rural que posteriormente embasaram a PNATER. Entende-se que este resgate histórico é de crucial importância para que

se compreenda a heterogeneidade de atores e instituições estatais e não estatais que viabilizaram a emergência desta política e a incorporação de um enfoque agroecológico na mesma. Na terceira seção analisa-se o processo de construção da PNATER a partir de 2003, como também as discussões acerca dos espaços de participação e formato de gestão da política. Esta discussão é aprofundada na quarta seção do trabalho, em que são analisados os espaços e dinâmicas de negociação entre atores estatais e da sociedade civil no processo de implementação da PNATER no interregno 2004 a 2016. Na quinta seção examina-se as ameaças a institucionalidade democrática e dinâmicas de participação social no período posterior ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, como também as resistências por agentes que participaram do processo de construção e implementação da política. A título de considerações finais, apresenta-se uma síntese do estudo realizado, buscando destacar questões centrais da análise empreendida.

EMERGÊNCIA DE UM ENFOQUE AGROECOLÓGICO NOS SERVIÇOS ATER NO BRASIL

A partir de fins da década de 1980 os referenciais conceituais e metodológicos da agroecologia passaram a se firmar no contexto brasileiro, especialmente em organizações da sociedade civil de assessoria à agricultores de base familiar que desde a década de 1970 vinham desenvolvendo ações articuladas aos movimentos de comunidades eclesiais de base (CBEs) em diferentes regiões do país (Luzzi, 2007; Petersen e Almeida, 2006). Merece destaque, neste processo, a tradução do livro *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa* de Miguel Altieri, em 1989, que se configurou em “um marco na passagem de uma concepção centrada na difusão de práticas tecnológicas específicas (...) para uma abordagem que tomava o agroecossistema como unidade de análise e intervenção” (Schmitt, 2009: 180). Este livro foi traduzido e publicado a partir de esforços de dirigentes da Rede de Projetos em Tecnologia Alternativa (Rede PTA), criada em 1983, sendo resultado de vínculos estabelecidos entre a coordenação da Rede com representantes de experiências de outros países da América Latina, o que também viabilizou a criação do Consórcio Latino Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES), em 1989 (Luzzi, 2007: 62; Petersen e Almeida, 2006). Ainda em 1989, a coordenação da Rede PTA promoveu um curso de agroecologia ministrado por Miguel Altieri, com a participação de representantes de organizações da sociedade civil de diversas regiões do Brasil.

A incorporação destes referenciais motivou um conjunto de ações realizadas por organizações da sociedade civil, como também por instituições de ATER estaduais, ao longo da década de 1990, mobilizando diferentes percepções acerca do termo agroecologia (Schmitt, 2009). Neste contexto, as ações de organizações da sociedade civil eram desenvolvidas, principalmente, a partir de recursos de financiamento oriundos

da cooperação internacional, o que possibilitou a emergência de diversas experiências metodológicas inovadoras no processo de tradução dos referenciais agroecológicos em conjunto com os agricultores que assistiam.

Por outro lado, também se observa o desenvolvimento de iniciativas de incorporação dos referenciais agroecológicos no âmbito de instituições estaduais de ATER. Todavia, grande parte destas ações encontravam entraves na estrutura hierárquica e autoritária em que estas instituições haviam sido criadas e que predominam nas mesmas. Desta forma, observa-se que as ações que tomavam como referência a agroecologia nestas organizações eram desenvolvidas, especialmente, a partir de iniciativas individuais ou de pequenos grupos de técnicos, não se configurando em uma iniciativa institucional (Caporal, 1998; Mussoi, 2011).

Este conjunto de experiências realizadas nas mais diferentes regiões do país ao longo da década de 1990 motivaram diversos encontros entre extensionistas, como também agricultores e estudantes envolvidos com as mesmas, com destaque para o Seminário Nacional de Agricultura Alternativa, realizado no Rio de Janeiro em 1994; encontros realizados no âmbito do Programa Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, na Região Sul a partir de 1994; e no Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural realizado em Brasília, em 1997. Estes eventos motivaram o intercâmbio entre as experiências realizadas, além de terem tido um papel de fundamental importância na configuração de trajetórias e repertórios de ação comuns a grande parte dos atores envolvidos nas mesmas.

A maioria das ações desenvolvidas ao longo deste período estava circunscrita a contextos locais, o que as fortalecia por seu enraizamento social, mas também dificultava sua expressão enquanto movimento em âmbito nacional. A percepção desta fragilidade, juntamente com a emergência de espaços de participação social para discussão das ações estatais no âmbito da agricultura familiar, a partir de meados da década de 1990, passou a estimular a articulação de atores do campo agroecológico que estavam dispersos país afora, com vistas a fortalecer estas experiências e possibilitar maior influência nas políticas públicas (Petersen e Almeida, 2006).

Desta forma, passaram a ganhar expressão as discussões entorno da necessidade de uma organização de caráter nacional para potencializar a incidência do movimento agroecológico sobre as propostas de desenvolvimento rural do Estado e da sociedade civil. Esta ideia foi fortalecida, até que em 2002, no contexto de realização do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), foi criada a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Além de facilitar a interação entre as redes locais e regionais de agroecologia, a ANA passou a promover grupos de trabalho entorno de diferentes temáticas, visando uma atuação mais articulada nos debates de políticas públicas. Na mesma direção, destaca-se a criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), em 2004.

Esta história prévia de interação entre um conjunto de atores envolvidos no processo de emergência de um enfoque agroecológico para os serviços de extensão

rural no Brasil, como também o protagonismo das organizações da sociedade civil neste processo, foram de crucial importância para o caráter um tanto “híbrido” entre os diferentes atores que participaram da construção e implantação da PNATER em um contexto de maior abertura para a participação social, como se observa na sequência deste trabalho.

CONSTRUÇÃO DA PNATER E DO ARRANJO INSTITUCIONAL DE SUA IMPLEMENTAÇÃO

No campo temático da agricultura e desenvolvimento rural, no Brasil, a década de 1990 foi marcada pelo reconhecimento político institucional da categoria agricultura familiar, como também pela expansão de espaços de interlocução com a sociedade civil. A intensa mobilização de movimentos sociais do campo, juntamente com uma mudança paradigmática nos estudos sobre o rural no país, foi de crucial importância para que ocorresse este reconhecimento da categoria agricultura familiar, culminando na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999 (Grisa e Schneider, 2015). Este processo foi acompanhado, ainda, pela criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), em 1999, para a formulação e gestão de políticas públicas, como também para interlocução entre governo e sociedade civil. Inicialmente este conselho foi composto, em sua maioria, por representantes de agências estatais, passando a contar com participação paritária entre representantes estatais e da sociedade civil a partir de 2003, momento em que sua nomenclatura também foi redefinida para CONDRAF (Comerford, Almeida e Palmeira, 2014: 75).

Neste contexto também ganharam expressão as críticas frente a carência de serviços de ATER para os segmentos de agricultores familiares do país. O Relatório FAO/INCRA (2000), por exemplo, apontava que, em meados da década de 1990, apenas 16,7% das unidades de produção familiar tinham acesso a serviços de ATER. A partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995, diversas análises também passaram a salientar a necessidade de medidas adicionais para um melhor desempenho do programa, com destaque para o acesso, por parte dos agricultores familiares, a serviços de ATER.

Nos debates públicos entre técnicos extensionistas também vinha ganhando força o consenso de que os serviços públicos de extensão deveriam atender, com exclusividade, as famílias rurais que trabalham em regime de agricultura familiar. No Seminário sobre Agricultura Familiar e Extensão Rural no Brasil, realizado em 1995, a Federação Nacional dos Servidores de Assistência Técnica e Extensão Rural (FASER), juntamente com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), propunham que “a extensão pública e gratuita” passasse a beneficiar, “com exclusividade os produtores rurais incluídos na definição de agricultura familiar” (CONTAG/FASER, 1995).

Tal proposição foi enfatizada no Seminário Nacional de Assistência Técnica

e Extensão Rural, realizado em meados de 1997 em Brasília. Este evento contou com a participação de representantes das entidades do setor público de extensão rural, movimentos sociais de agricultores, organizações da sociedade civil, além de consultores nacionais e estrangeiros, configurando-se em um importante espaço de interlocução entre os atores envolvidos com este campo temático (PNUD, 1997). O relatório final deste Seminário foi de grande importância nas discussões preliminares da PNATER, conforme salientaram agentes que participaram deste processo entrevistados para este trabalho.

Quando a coligação política liderada pelo Partido dos Trabalhadores assume o governo federal, em janeiro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nomeia Miguel Rosseto para o cargo de ministro do MDA. Sob a gestão de Rosseto foi realizada, em meados de 2003, a transferência da competência sobre a ATER do MAPA para o MDA, por iniciativa da Presidência da República. Com a transferência do Departamento de ATER (DATER) para o MDA, foi criado um grupo de trabalho para formular um marco referencial para a nova política nacional de ATER (Luzzi, 2007: 144), que vinha sendo discutida no âmbito do CNDRSS desde 2001 (Diesel *et al*, 2015).

As concepções que embasaram este marco referencial foram influenciadas por um conjunto de discussões acerca da necessidade de uma profunda transformação neste campo temático, conforme destacaram participantes deste grupo de trabalho, entrevistados ao longo de 2016. Merece destaque, neste sentido, o Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizado em agosto de 1997 em Brasília, conforme mencionado acima. Da mesma forma, a PNATER foi fortemente influenciada pela a experiência de incorporação de um enfoque agroecológico e de metodologias de intervenção participativa experienciadas na EMATER do Rio Grande do Sul, sob o governo liderado pelo PT entre os anos de 1999 e 2002 (Diesel *et all*, 2015; Luzzi, 2007). A importância desta experiência para a PNATER foi reforçada, ainda, pelo papel desempenhado por Francisco Roberto Caporal neste processo. Entre 1999 e 2002 Caporal ocupou o cargo de Diretor Técnico da EMATER-RS e a partir de 2003 ficou alocado em Brasília para dinamizar os trabalhos do grupo responsável pela formulação do marco referencial da PNATER. Entre os anos de 2003 e 2010 foi Diretor Substituto e Coordenador Geral de ATER e Educação no DATER.

Após a formulação do marco referencial por este grupo de trabalho, o mesmo foi apresentado e discutido em “um amplo processo de consulta, a partir de audiências, encontros e seminários, envolvendo representações de agricultores familiares, de movimentos sociais e de prestadoras de serviços de ATER governamentais e não-governamentais” (Caporal, 2006: 9). Também foram realizadas negociações com representantes dos principais movimentos sociais vinculados ao segmento da agricultura familiar, conforme pontuaram entrevistados que participaram da construção deste marco referencial.

Deste processo culminou o lançamento da Política Nacional de Assistência

Técnica e Extensão Rural (PNATER), em 2004. No texto da PNATER destacava-se que a “nova ATER” buscava não apenas “assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares (...) o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade”, mas, além disso, estimular “a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia” (BRASIL/MDA, 2004: 7). Neste sentido, destaca-se que na PNATER “a palavra Agroecologia aparece pela primeira vez em uma política pública nacional como orientação para a ação dos extensionistas brasileiros” (Petersen e Caporal, 2012: 70; Caporal, 2011).

Como se pode observar, então, o processo de formulação da PNATER mobilizou, desde 2003, uma rede heterogênea de atores e instituições incluindo gestores públicos, consultores ligados a organismos multilaterais, lideranças dos movimentos sociais, sindicalistas, técnicos com atuação na chamada ATER governamental, representantes de organizações não-governamentais, pesquisadores, cooperativas de serviços envolvidas na execução de serviços de ATER, entre outros. Esta rede heterogênea, que em larga medida era resultado do processo histórico de emergência dos referenciais agroecológicos para os serviços de ATER no Brasil, motivou a configuração de um “mundo da participação” nos processos de gestão e operacionalização da PNATER.

GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA PNATER

Tendo em vista a ampla e heterogênea rede de atores envolvida no processo de construção da PNATER, foi criado o Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) enquanto instância de gestão e execução da política. O Departamento de ATER do MDA assumiu a coordenação do processo de implementação da PNATER; o Comitê de ATER do CONDRAF ficou responsável pela gestão social da política e; as entidades de ATER, tanto estatais como da sociedade civil, atuavam na prestação dos serviços. Desta forma, explicitava-se “a pluralidade de agentes que compunham o arranjo operacional da política” (Diesel *et al*, 2015: 116), como também buscava-se fortalecer a defesa de uma ATER de acordo com os princípios que embasavam a PNATER. Cabe ressaltar que a partir de 2003 o papel dos conselhos foi reforçado e a composição do CONDRAF foi redefinida, ampliando-se o espaço de representação da sociedade civil, com paridade entre representantes estatais e da sociedade civil (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014).

No contexto de publicação da PNATER as contradições e disputas entre diferentes concepções de desenvolvimento rural passaram a ganhar maior expressão dentro do MDA. Entre os anos de 2004 e 2007 iniciativas de articulação e divergências entre ATER e PRONAF assumiram especial relevância, havendo certo tensionamento para que os serviços de ATER se subordinassem às ações de crédito rural. Mas nas discussões realizadas no CONDRAF os “limites percebidos no PRONAF forneceria razões suficientes para restringir a disposição dos gestores de ATER à integração

subordinada de assistência técnica às demandas desse programa” (Diesel *et al*, 2015: 114).

Esta capacidade de se defender, a partir do CONDRAF, uma política de ATER que não se subordinasse as orientações do PRONAF, também parece estar diretamente vinculada com a gestão do MDA naquele momento. Pois, como destacou um dos agentes diretamente envolvido com este processo, sob a gestão de Rosseto, no período de 2003 a 2006, se teve um cenário com maior margem de manobra para assegurar uma ATER diferenciada, que não se orientasse somente pelas demandas do crédito rural. Este relato corrobora a observação de Comerford, Almeida e Palmeira (2014: 75), de que a criação e delimitação do espaço político do CONDRAF sempre “dependeram de conjunturas políticas, como fica claro (...) ao longo das diferentes gestões do Ministério do Desenvolvimento Agrário (...) e dos diferentes arranjos internos no ministério”.

Os anos iniciais de implementação da PNATER foram marcados por um avanço expressivo nas ações no campo do conhecimento, com a realização de uma série de atividades de formação (cursos, seminários, oficinas e convênios com instituições de ensino e pesquisa) com base em um enfoque agroecológico e de acordo com os princípios da política, que contaram com a participação de milhares de técnicos, agricultores e estudantes, de diferentes regiões do país (Caporal, 2006).

Este período também marcou o auge do apoio às entidades da sociedade civil na prestação de serviços de ATER, com destaque para o ano de 2006, quando “quase a metade dos recursos disponibilizados foram dirigidos às ONGs” (Weid, 2011). Este montante representava uma verdadeira prioridade para estas organizações no âmbito da PNATER, já que as instituições estatais de ATER tinham e têm dimensões mais de cinco vezes superiores, além de contarem com recursos estaduais e municipais. O acesso a estes recursos foi de fundamental importância para que muitas organizações da sociedade civil pudessem manter suas ações de promoção dos processos de transição agroecológica em diferentes regiões do país, tendo em vista que os recursos das agências de cooperação internacional, que viabilizaram as ações de muitas destas organizações desde a década de 1980, estavam cada vez mais restritos. A maior experiência de organizações da sociedade civil em promover processos de desenvolvimento a partir de um enfoque agroecológico talvez possa explicar a “relativa superioridade no acesso aos recursos de ATER do governo federal por parte das ONGs” neste período (Weid, 2011).

No entanto, na segunda metade da década de 2000 tornaram-se cada vez mais explícitas as dificuldades de operacionalização dos convênios de ATER, principal forma jurídica de contrato entre o MDA e as entidades estatais e da sociedade civil, naquele momento (Diesel *et al*, 2015). O sistema de convênios não permitia o pagamento de profissionais permanentes das instituições, nem despesas de investimentos e infraestrutura, limitando-se a cobrir os custos operacionais. Além disso, as exigências burocráticas de gestão dos recursos, baseadas na Lei 8666 cobraram custos de

administração muito além do que os convênios pagavam. Este formato não constituía um grande problema para as entidades estatais de ATER, pois nestas os salários e custos básicos eram cobertos, em sua maioria, pelos orçamentos estaduais e municipais. Entretanto, para muitas das organizações da sociedade civil estas limitações foram fatais.

Como resultado deste processo, ocorreu uma imensa crise entre as organizações da sociedade civil prestadoras de serviços de ATER, em que muitas entidades foram fechadas e outras perderam quadros importantes de seu corpo técnico, além de reduzirem suas atividades. Como destaca Weid (2011, s/p): “no final do segundo governo Lula a participação das ONGs nos convênios de ATER encolheu para perto de 20% do que estas entidades receberam no auge do apoio federal”, em 2006.

Esta situação se tornou ainda mais complexa a partir de 2008, quando a ATER passou a integrar o Plano Plurianual (2008-2011). Neste contexto, passaram a ser questionados princípios que fundamentavam a PNATER, a partir da análise de seus resultados, considerados pouco objetivos e morosos, não sendo palpáveis em curto prazo (Caporal, 2011). Isto fortalecia a concepção de lideranças político-burocráticas que tencionavam os objetivos e formulações propostos na PNATER (Diesel et al, 2015). Frente aos tensionamentos advindos do Tribunal de Contas da União (TCU) e das dúvidas acerca do que este órgão aceitaria ou não, o setor “jurídico do MDA adotou uma postura de extrema prudência e isto gerou uma quase total paralisia no acesso aos recursos de ATER por parte das ONGs” (Weid, 2001: s/p).

Estas questões foram amplamente debatidas no Seminário Nacional de ATER, realizado em conjunto com a 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, no ano de 2008 em Pernambuco. No entanto, não foi possível construir consenso sobre estas questões e contra-argumentar às críticas lançadas à forma de operacionalização da PNATER (Diesel *et al*, 2015).

Desta forma, abriu-se espaço para a construção de propostas de solução que culminaram na formulação de um novo instrumento jurídico que regulamentasse a operacionalização da PNATER (Lei nº 12.188), promulgado em janeiro de 2010. A proposta desta Lei partiu de uma iniciativa do DATER, que surpreendeu ao conseguir a aprovação no Congresso Nacional. O projeto de Lei não havia sido discutido com representantes da sociedade civil, “mas o DATER concordou em encaminhar ao relator as propostas de emendas feitas pela Articulação Nacional de Agroecologia que resgatavam a prioridade para a agroecologia e definiam o papel do CONDRAF na elaboração do Programa Nacional de ATER através de conferências a cada quatro anos” (Weid, 2011).

A Lei nº 12.188 permitia que se evitasse os problemas observados nos convênios, pois os financiamentos dos projetos de ATER passaram a ser feitos através de chamadas públicas. Da mesma forma, as inovações trazidas por esta lei tornavam mais objetivas as demandas governamentais por resultados, visto as chamadas públicas definirem, *a priori*, as áreas de atuação, número de agricultores atendidos e produtos a serem

entregues pelos prestadores dos serviços de ATER (Diesel *et al*, 2015).

Todavia, o novo marco legal não incidia apenas na forma de operacionalização dos serviços de ATER, o mesmo também substituiu o termo “agroecologia” pela orientação de se adotar “princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentável” (Caporal, 2011). Esta mudança indicava “um reposicionamento governamental sobre um tema central, que foi legitimado no processo participativo que culminou na PNATER: a transição agroecológica” (Diesel *et al*, 2015: 122). Desta forma, as proposições metodológicas introduzidas nesta lei “contrariam princípios básicos para o desenvolvimento de serviços de ATER guiados pela perspectiva agroecológica, ao reforçar a abordagem difusionista na ação dos profissionais” (Petersen e Caporal, 2012: 68). O formato das chamadas levou, assim, “ao que muitas organizações da Articulação Nacional de Agroecologia consideram um total engessamento das metodologias participativas e uma virtual impossibilidade de se garantir a prioridade para a agroecologia expressa na Lei” (Weid, 2011).

Em 2010 foram realizadas 137 Chamadas Públicas, que visavam atender a 290 mil agricultores familiares no país. Os entraves para o desenvolvimento de serviços de ATER com base em um enfoque agroecológico ficaram explícitos a partir destas chamadas públicas e se tornaram centrais nos debates realizados na 1ª Conferência Nacional de ATER (1ª CNATER), realizada entre os dias 23 e 26 de abril de 2012, em Brasília. A conferência gerou grande expectativa entre os atores envolvidos com a execução de serviços de ATER, que a compreendiam como um momento de suma importância para a discussão dos problemas vivenciados, sendo um espaço ímpar de interlocução e participação social. Como destacaram entrevistados que participaram deste processo.

No contexto da 1ª CNATER, identificava-se que as dificuldades de execução de serviços de ATER com enfoque agroecológico, tal qual definido na PNATER, estavam “concentradas no principal instrumento operacional da política, as Chamadas Públicas para projetos de ATER” (Weid, 2011), devido ao fato de estas definirem, *a priori*, o local, tamanho e tipo de público, demanda, atividades e duração dos projetos. Com vistas a superar este engessamento metodológico, organizações da sociedade civil propunham como principal solução “entregar às entidades que competem em cada Chamada a definição dos métodos e, portanto, das atividades que vão ser desenvolvidas, remunerando não só o trabalho dos técnicos como dos agricultores e de suas organizações” (Weid, 2011). Estas discussões tiveram continuidade nos anos seguintes, especialmente, no GT ATER do CONDRAF. Todavia, ao longo dos anos subsequentes a contratação de serviços de ATER continuou sendo realizada por meio de Chamadas Públicas.

Em 2011 o governo federal foi assumido por nova coalizão política, ainda liderada pelo PT, tendo como presidenta Dilma Rousseff. Uma das questões prioritárias deste governo seria a erradicação da pobreza, especialmente no campo. Assim, o

DATER também passou a atuar em um conjunto de chamadas públicas no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Este programa objetivava estruturar atividades produtivas dos beneficiários com vistas a sua inclusão produtiva e a promoção da segurança alimentar e nutricional, como também estimular atividades produtivas sustentáveis e agroecológicas. Destarte os esforços envidados neste contexto para se avançar na erradicação da pobreza no campo, observa-se que entraves estruturais não foram enfrentados de forma efetiva, tendo em vista os poucos avanços na reforma agrária no país ao longo deste período (Medeiros, 2015).

Em 2013 foi criado o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), através do qual buscava-se superar grande parte das dificuldades vivenciadas no processo de contratualização de serviços de ATER via chamadas públicas. Em 2014 a ANATER foi instituída, com uma Diretoria Executiva, um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal. Desde o lançamento da ANATER as organizações da sociedade civil observavam que a mesma se apresentava, por um lado, como possibilidade de resolução de grande parte dos problemas enfrentados com as chamadas públicas, mas, por outro, os rumos que os serviços de ATER iriam tomar com a Agência também dependeriam muito da composição diretiva da mesma. Entretanto, estes problemas só seriam enfrentados a partir de 2015, quando a Agência iniciou suas operações.

Ao longo de 2012 e 2013 foram realizadas novas chamadas públicas para serviços de ATER, com foco no desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável, apoio aos empreendimentos de agricultores familiares e a erradicação da pobreza. As recomendações destas chamadas tenderam “a resgatar alguns princípios fundamentais da PANTER, principalmente a continuidade dos serviços e a utilização de metodologias participativas”, todavia, permaneceu a lógica de “contratualização de resultados para a materialização da política pública” (Diesel *et al*, 2015: 125).

A execução destas chamadas públicas ensejou um amplo processo de debate no âmbito do CONDRAF, especialmente no GT de ATER do mesmo. Destarte os limites colocados por este formato de contratualização, visava-se rever os instrumentos e metodologias das chamadas públicas com vistas a torna-los mais flexíveis e, assim, possibilitar que as instituições executoras tivessem maior participação na definição de métodos e atividades que seriam desenvolvidas e promovessem a sustentabilidade por meio da expansão de sistemas de base agroecológica. Estas discussões culminaram no lançamento das chamadas públicas de ATER para a promoção da agricultura familiar agroecológica, orgânica e extrativista, a partir de 2013.

Destarte os expressivos avanços com estes novos formatos de chamadas públicas, observa-se que as entidades de ATER continuaram encontrando inúmeras dificuldades operacionais, como destacaram diversos entrevistados: falta de DAPs em parte significativa do público, em particular os mais pobres; tamanho do público alvo da chamadas, obrigando as entidades a uma expansão acelerada de seu

quadro técnico sem tempo para um processo de formação mais efetivo; inexistência de adiantamento de recursos para o início da execução dos serviços, deixando as entidades, especialmente da sociedade civil, trabalhando com negativos financeiros até o recebimento da primeira parcela; atrasos no processamento da comprovação das atividades por parte do governo, retardando os pagamentos às entidades executoras; além das dificuldades para executar os cronogramas extremamente carregados de atividades.

Estas questões ensejaram muitas discussões no âmbito do CONDRAF, como também intermitentes negociações com agentes do DATER. Em nossa pesquisa pudemos observar que muitos representantes das organizações prestadoras de serviços de ATER aproveitavam às idas a Brasília, para participar das reuniões do CONDRAF, para dialogarem com dirigentes do DATER, demandando, por exemplo, a liberação de pagamentos por serviços que haviam sido prestados e estavam em atraso; para articularem reuniões com representantes do MDA em suas regiões de atuação, com o objetivo de adequar os contratos de ATER à realidade do território em que as entidades estavam operando estes serviços; ou, ainda, para viabilizarem o atendimento de outras demandas frente à dificuldade de operacionalização das chamadas públicas. Por outro lado, foi possível observar o reconhecimento, por parte de alguns gestores do MDA, da importância das informações repassadas pelos agentes da sociedade civil nestes diálogos, contribuindo de forma expressiva para que estes gestores tivessem conhecimento acerca dos processos de operacionalização, seus resultados e limites, nas diferentes regiões.

Podemos observar, assim, que as interlocuções entre agentes da sociedade civil e Estado, estabelecidas através do CONDRAF, viabilizavam um processo de gestão e aprimoramento da operacionalização da política que transcendia o que pode ser observado nos diálogos e encontros formais. Estas interações permitiam que se solucionasse com maior celeridade diversos entraves que dificultavam ou inviabilizavam a execução da PNATER nos diferentes territórios, como também viabilizava um acompanhamento muito mais eficaz por parte dos gestores públicos.

Como se pode observar, então, entre 2004 e 2016 o CONDRAF se consolidou enquanto importante espaço interlocução entre agentes estatais e da sociedade civil no processo de gestão e operacionalização da PNATER, dinamizando um “mundo da participação”, que transcende os limites formais do conselho nas dinâmicas de interlocução entre estes agentes no processo de construção e operacionalização de políticas. As interações entre atores estatais e da sociedade civil que, em grande parte, já tinham uma história prévia de diálogo, parece ter sido de crucial importância para que bandeiras como a agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e agroecologia, fossem sendo incorporadas em instrumentos de política pública.

Podemos observar, assim, que, mesmo com variações conjunturais ao longo do período analisado, ao menos em alguns setores, como no caso da ATER, atores

estatais e da sociedade civil “experimentaram criativamente com padrões históricos de interação Estado-sociedade e reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de formas inovadoras” (Abers, Serafim e Tatajiba, 2014: 326). No entanto, estes processos de experimentação e reinterpretação inovadores, presentes na trajetória de construção de políticas para a agricultura familiar e na incorporação de um enfoque agroecológico em alguns instrumentos de política pública, passaram a ser fortemente comprometidos com a ascensão do governo que se estruturou após o processo de *impeachment* contra a presidenta eleita Dilma Roussef, como veremos na seção subsequente.

FRAGILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DINÂMICAS DEMOCRÁTICAS

Já em maio de 2016 o governo provisório de Michel Temer extinguiu o MDA, repassando as principais atribuições deste órgão à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), vinculada à Casa Civil da Presidência da República. Neste contexto foi realizada a 2ª Conferência Nacional de ATER (2ª CNATER), entre os dias 31 de maio e 3 de junho em Brasília, com a temática “ATER, agroecologia e alimentos saudáveis”. A 2ª CNATER foi realizada com recursos que já haviam sido destinados a mesma anteriormente, a partir de deliberação do CONDRAF.

Esta conferência foi marcada por uma grande incerteza acerca do grau de efetividade das deliberações tomadas, pois o governo não havia destinado representantes para participarem deste espaço. Podia-se observar, entre os participantes, muitas dúvidas acerca dos rumos que iriam tomar os espaços democráticos que haviam se consolidado nos últimos anos no país, a exemplo do CONDRAF. Também era questionado se representantes da sociedade civil deveriam permanecer ou não nestes espaços de interlocução, caso o governo provisório se efetivasse, havendo posições diversas sobre como interagir com um governo considerado ilegítimo por muitos participantes. Da mesma forma, agentes que haviam assumido cargos estatais eram questionados acerca de como se posicionariam neste novo cenário.

Ainda sob o governo provisório de Michel Temer foi exonerada a presidência e diretoria da ANATER. Este ato foi denunciado por organizadores e participantes da 2ª CNATER como sendo ilegal e ilegítimo, tendo em vista que esta Agência não possuía qualquer vínculo de subordinação hierárquica ao Poder Executivo da União Federal, como também não estava subordinada ao poder de supervisão ministerial. Desta forma, a presidência e diretoria da ANATER instituídas deveriam manter seus mandatos de quatro anos, conforme previa a Lei que havia instituído a Agência. Destarte as contestações e ilegalidade desta ação, a decisão foi mantida e o governo Temer indicou novo presidente e diretoria para a ANATER no início de 2017.

Em agosto de 2016 ocorreu o afastamento definitivo de Dilma Roussef. A partir deste contexto observa-se que as ações do governo federal no âmbito da ATER

foram marcadas, principalmente, pelo reforço das organizações estatais enquanto prestadoras de serviços de ATER; como também por sinalizações de mudanças nas orientações dos serviços demandados e redução dos espaços de interlocução com representantes da sociedade civil na construção de chamadas públicas de ATER. Da mesma forma, observa-se um tensionamento aos espaços de participação social por parte do governo que se constituiu a partir deste período, como pode ser observado pela paralização das atividades do CONDRAF. Após mais de meio ano de paralização das reuniões do Conselho, os conselheiros foram convocados para se reunir nos dias 21 e 22 de março de 2017. Entretanto, entrevistados destacaram que a reunião realizada nestes dias se configurou em uma apresentação dos objetivos do governo, ao invés de um espaço de debate e deliberação em interlocução com representantes da sociedade civil.

A partir de pesquisa em espaços públicos de participação social relacionados à esta política no período mais recente, observa-se que este conjunto de mudanças têm sido questionado, especialmente, por agentes vinculados às organizações da sociedade civil prestadoras de serviços de ATER. Neste sentido, têm enfatizado a necessidade de se reconhecer a importância das organizações da sociedade civil no processo de construção de referenciais de serviços de ATER a partir de um enfoque agroecológico, o que assume profunda relevância nas discussões sobre desenvolvimento no contexto atual, conforme reconhecido em diferentes dispositivos internacionais, a exemplo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Da mesma forma, observa-se que estes atores têm reivindicado o reconhecimento da importância e legitimidade dos espaços democráticos de participação social que haviam se firmado institucionalmente ao longo dos últimos anos neste campo temático. Percebe-se, assim, que o conjunto de atores envolvidos com a temática de ATER salienta ser fundamental que as negociações entre Estado e sociedade civil se deem em espaços que possuam legitimidade institucional e viabilizem interlocuções coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho desenvolvido, pretende-se ter sido possível demonstrar que o surgimento da PNATER ensejou um processo continuado de debate público e participação social, envolvendo uma rede heterogênea de atores e instituições estatais e não estatais, configurando um “mundo da participação” em que Estado e sociedade civil não se constituem enquanto esferas claramente delimitadas. A reconstituição histórica do processo de incorporação dos referenciais conceituais e metodológicos da agroecologia nos serviços de extensão rural no Brasil demonstrou que esta trajetória prévia foi de suma importância para o caráter um tanto “híbrido” entre os diferentes atores que participaram da construção e implantação da PNATER.

Com a consolidação e ampliação de espaços institucionalizados de participação

social, observou-se que foi possível incorporar estas referências na política nacional de ATER, lançada em 2004, em um processo continuado de debate público, envolvendo atores estatais e não estatais. Neste processo, salientou-se a percepção de que foram reinterpretadas, de forma inovadora e criativa, padrões consolidados de interação entre sociedade civil e Estado, como também as formas de diálogo e negociação entre estes agentes.

Todavia, a partir de 2016 observa-se um contexto de fragilização das dinâmicas de participação social centrais para a execução da PNATER de acordo com seus princípios norteadores. Esta fragilização das instituições democráticas, segundo o que pudemos observar na pesquisa, tem encontrado resistência por parte de agentes que fizeram parte do processo de construção e implementação da PNATER, os quais têm enfatizado: i) a necessidade de se reconhecer a importância das organizações da sociedade civil no desenvolvimento de serviços de assessoria capazes de promover uma agricultura de base ecológica, haja visto sua experiência histórica na temática, ii) como também a necessidade de se reconhecer a importância e legitimidade dos espaços democráticos de participação social que haviam se firmado institucionalmente ao longo dos últimos anos, para negociação e interlocução entre Estado e sociedade civil neste campo temático.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra e TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, no 2, 2014.
- ABERS, Rebecca e BÜLOW, Marisa von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011.
- ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS/PTA, 1989.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, SAF/DATER. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasil, maio de 2004.
- CAPORAL, Francisco Roberto. *La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil*. Tesis Doctoral – Universidad de Córdoba, Espanha. 1998.
- CAPORAL, F. R.; RAMOS, Ladjane F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. In: MONTEIRO, D.; MONTEIRO, M. *Desafios na Amazônia: uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural*. Belém: UFPA, 2006.
- COMERFORD, John, ALMEIDA, Luciana e PALMEIRA, Moacir. O mundo da participação e os movimentos rurais: entre mobilizações, espaços de interlocução e gabinetes. In: LEITE LOPES, José Sergio e HEREDIA Beatriz Maria Alasia de (organizadores). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados / – Rio de Janeiro: CBAE, 2014.*

DIESEL, Vivien; DIAS, Marcelo Miná; NEUMAN, Pedro Silvino. PNATER (2004-2014): da concepção à materialização. In: GRISA, Catia, SCHNEIDER, Sérgio. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FARIA, Cláudia Feres. Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: construindo uma sinergia positiva? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 187-204, jun. 2010.

GRISA, Catia, SCHNEIDER, Sérgio. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

LUZZI, Nilsa. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ). Rio de Janeiro, 2007.

MUSSOI, Eros Marion. *Política de Extensión Rural Agroecológica en Brasil: avances y desafíos en la transición en las instituciones oficiales*. Tese de pós-doutorado - Universidades Internacional de Andalucía y de Córdoba (España) y Universidad Federal de Santa Catarina (Brasil). 2011.

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, Silvio G. *Rincões transformadores: trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória)*. Rio de Janeiro (RJ), 2006.

SCHMITT, Claudia J. *Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira*. In: SAUER, Sergio; BALESTRO, Moisés. *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo (SP): Expressão Popular, 2009.

VON DER WEID, Jean Marc. *Texto de referência do campo agroecológico para a conferência nacional de ATER*. Rio de Janeiro: ASPTA. 2011.

SOBRE OS ORGANIZADORES

TAYRONNE DE ALMEIDA RODRIGUES: Filósofo e Pedagogo, especialista em Docência do Ensino Superior e Graduando em Arquitetura e Urbanismo, pela Faculdade de Juazeiro do Norte-FJN, desenvolve pesquisas na área das ciências ambientais, com ênfase na ética e educação ambiental. É defensor do desenvolvimento sustentável, com relevantes conhecimentos no processo de ensino-aprendizagem. Membro efetivo do GRUNEC - Grupo de Valorização Negra do Cariri. E-mail: tayronnealmeid@gmail.com. com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9378-1456>

JOÃO LEANDRO NETO: Filósofo, especialista em Docência do Ensino Superior e Gestão Escolar, membro efetivo do GRUNEC. Publica trabalhos em eventos científicos com temas relacionados a pesquisa na construção de uma educação valorizada e coletiva. Dedicar-se a pesquisar sobre métodos e comodidades de relação investigativa entre a educação e o processo do aluno investigador na Filosofia, trazendo discussões neste campo. Também é pesquisador da arte italiana, com ligação na Scuola de Lingua e Cultura – Itália. Amante da poesia nordestina com direcionamento as condições históricas do resgate e do fortalecimento da cultura do Cariri. E-mail: joaoleandro@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1738-1164>

DENNYURA OLIVEIRA GALVÃO: Possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutorado em Ciências Biológicas (Bioquímica Toxicológica) pela Universidade Federal de Santa Maria (2016). Atualmente é professora titular da Universidade Regional do Cariri. E-mail: dennyura@bol.com.br LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4808691086584861>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-329-3

